



NOVOS MECANISMOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

INSTITUTO BRASILEIRO DE
ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

Carga Horária: 40h
Créditos: 02
Categoria: Optativa

Ementa do Curso

Perspectivas de análise da corrupção como fenômeno com múltiplas origens e consequências: giro histórico e conceitual. Marcos teóricos sobre corrupção e as novas abordagens da ciência comportamental para enfrentamento do problema. Mensuração da corrupção e as controvérsias sobre pesquisas de percepção. Cooperação internacional no combate à corrupção: o papel dos organismos e das convenções internacionais na luta anticorrupção. Do combate à corrupção à promoção da integridade pública e privada. O marco legal e a estrutura organizacional do controle e do combate à corrupção no Brasil: enquadramento jurídico no âmbito do Direito Penal, do Direito Civil e do Direito Administrativo Sancionador. Processo Administrativo Disciplinar – PAD: novidades e tendências na utilização de instrumentos alternativos e baseados na consensualidade, como Termos de Ajustamento de Condutas e Acordos de Não Persecução. Lei Anticorrupção e Processo Administrativo de Responsabilização - PAR da Pessoa Jurídica: multiplicidade sancionatória, “bis in idem” e conflitos institucionais, Acordos de leniência, Princípio da Preservação da Empresa, Julgamento Antecipado de PARs e Programas de Integridade. Medidas e boas práticas de enfrentamento da corrupção.

Objetivos do Curso

O combate à corrupção é tema de grande relevância nos planos nacional e internacional, tanto do ponto de vista do debate jurídico-dogmático que envolve o assunto e que são travados nas diversas esferas do Direito, quanto da política de prevenção, dissuasão e repressão desse ilícito. A corrupção enfraquece a capacidade do Estado de fornecer bens e serviços públicos de qualidade, compromete a produtividade e o crescimento das economias, desencoraja o investimento e a inovação e reduz a confiança nas instituições. Perante esta realidade, os países têm respondido com diversas medidas que procuram reforçar as capacidades da investigação e administração dos órgãos de defesa do Estado e atualizar a legislação em matéria de ética pública, protocolos de integridade dentro de organizações públicas e privadas, responsabilidade legal das empresas, conflitos de interesse e lobby, entre outros. Estes esforços têm sido complementados com iniciativas de acesso à informação e governo aberto que, alavancando novas tecnologias, permitem aprimorar os processos de fiscalização do Estado e fortalecer a *accountability* e o controle social,

Embora os avanços alcançados em matéria de corrupção nas últimas décadas tenham sido importantes, ainda há um longo caminho a percorrer para preencher as lacunas legais ou regulatórias e garantir a implementação efetiva de medidas de enfrentamento do problema.

Assim, a presente disciplina tem por objetivo geral desenvolver competências de conhecimento, compreensão e análise do fenômeno da corrupção, dos mecanismos de prevenção e repressão da prática de atos corruptos bem como da responsabilização jurídica dos agentes públicos e privados que praticam esses atos contra a Administração Pública brasileira, especialmente sob a ótica do direito administrativo.

A disciplina apresenta o estado da arte sobre o tema, abordando, à luz da doutrina e da



jurisprudência nacional e estrangeira, as complexidades, desafios e tendências teóricas, legislativas e jurisprudências envolvidos no debate acerca do combate à corrupção. Como objetivo específico, espera-se capacitar os participantes para a análise e debate críticos e fundamentados acerca dos tópicos apresentados na disciplina e, principalmente, para a atuação profissional, seja no setor público ou privado.

MÓDULO I

Leituras Obrigatórias

FILGUEIRAS, Fernando. Notas críticas sobre o conceito de corrupção: um debate com juristas, sociólogos e economistas.

Revista de informação legislative, Brasília a. 41 n. 164 out./dez. 2004. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1011/R164-08.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

HEYWOOD, Paul; ROSE, Jonathan. Curbing corruption or promoting integrity? Probing the hidden conceptual challenge. In: HARDI, Peter; HEYWOOD, Paul.; TORSELLO, Davide (Ed.). Debates of Corruption and Integrity: Perspectives from Europe and the US. London: Palgrave Macmillan, p.102-119, 2015. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/257909596_Political_science_approaches_to_integrity_and_corruption

ABRAMO, Claudio Weber. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. In: Novos Estudos-CEBRAP, n. 73, 2005. p. 33-37.

MUNGIU-PIPPIDI, A; RAMIN Dadašov. Measuring Control of Corruption by a New Index of Public Integrity. Corruption Risk Forecast (<https://corruptionrisk.org/>). Hertie School of Governance. European Research Centre for Anti-Corruption and State-Building and Anti-Corruption & Governance Center, 2021.

Leituras Complementares

MUNGIU-PIPPIDI, Alina; HEYWOOD, Paul M. A Research Agenda for Studies of Corruption. Edward Elgar Publishers, 2020

PERSSON, Anna; ROTHSTEIN, Bo; TEORELL, Jan. Why anticorruption reforms fail—Systemic corruption as a collective action problem. In: Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, v. 26, n. 3, p. 449-471, 2013.

MAURO, Carlos; CABRAL, Gabriel; CAPANEMA, Renato; RAMOS, Tânia. Muitos: como as ciências comportamentais podem tornar os programas de Compliance Anticorrupção mais efetivos? Ed. Brasileira, 2021. Disponível em:

<https://livromuitos.com.br/#intro-captura>

JOHNSTON, Michael; FRITZEN, Scott. The Conundrum of Corruption: Reform for Social Justice. Routledge Corruption and Anti-Corruption Studies. Routledge, 2020.

MÓDULO II

Leituras Obrigatórias

ARANHA, A. L. M. A rede brasileira de instituições de accountability: um mapa do enfrentamento da corrupção na esfera local. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-A4RF5P>

FORTINI, Cristiana. Corrupção e seus Múltiplos Enfoques Jurídicos, 1ª Edição, 2018, Editora Fórum.

LUZ, Yuri Corrêa da. O combate à corrupção entre direito penal e direito administrativo sancionador. Doutrinas Essenciais de Direito Penal Econômico e da Empresa. V. 4.

MÓDULO III

Leituras Obrigatórias

VARELLA, Marcelo Dias; ALENCAR, Carlos Higino Ribeiro de; VIANNA, Marcelo Pontes. Quando mais é menos: arranjos institucionais e acordos de leniência anticorrupção no Brasil. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 59, n. 233, p. 35-59, jan./mar. 2022.

MIRANDA NETO, Samuel Rodrigues. Acordos de não persecução disciplinar e os efeitos da delação premiada no PAD. Consultor Jurídico, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-03/opinioacordos-nao-persecucao-disciplinar-efeitos-delacao-pad/>

ATHAYDE, Amanda. Sopa de letrinhas das leniências no Brasil. JOTA, 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opinio-e-analise/colunas/elas-no-jota/acordo-de-leniencia-sopa-de-letrinhas-11112021?non-beta=1>

ATHAYDE, Amanda *et al.* Julgamento antecipado e acordos de leniência na CGU e na AGU: O que já deu certo e o que ainda pode melhorar? JOTA, 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opinio-e-analise/artigos/julgamento-antecipado-e-acordos-de-leniencia-na-cgu-e-na-agu-11092023?non-beta=1>

VASCONCELOS, Beto; PAULA, Felipe de. Os 10 anos da Lei Anticorrupção e a novidade do Termo de Compromisso: a iniciativa da CGU para aprimoramento de acordos, compromissos e colaborações com a Administração Pública federal. JOTA, 2023. . Disponível em: <https://www.jota.info/opinio-e-analise/artigos/os-10-anos-da-lei-anticorruptcao-e-a-novidade-do-termo-de-compromisso-09082023?non-beta=1>

Leituras Complementares

MACEDO, Alexandre Cordeiro; SANT'ANA, Raquel Mazzuco. Balcão Único para negociação de Acordos de Leniência no Brasil, 23, 2019). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3424277>

ARAUJO, Valter Shuenquener de; SIQUEIRA, SIQUEIRA, Ana Letícia da Costa; MELLO, Frederico Silva de. Acordos no processo administrativo sancionador: solução negociada como uma opção eficiente. Revista Juris Poiesis, Rio de Janeiro. v. 23, n. 32, p. 295-318, 2020.

FREIRE, Eduardo Nunes; LACERDA, Gilberto Sathler Ribeiro. Termo de Ajustamento de Conduta em Processo Administrativo Disciplinar: Há espaço para a ampliação de solução negociada no âmbito da Administração Pública Federal? Universidade Católica de Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/68899>

MÓDULO IV

Leituras Obrigatórias

ABRAMO, Claudio Weber. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. In: Novos Estudos-CEBRAP, n. 73, 2005. p. 33-37.

BAUHR, Monika (coord). Anticorruption Policies Revisited: Global Trends and European Responses to the Challenge of Corruption. Anticorruption Policies Revisited Project. Goeteborgs Universitet, 2017.

ALBRES, Hevellyn Menezes. Política pública para promoção da integridade corporativa: estudo de caso do Programa Pró-Ética. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Brasília, 2018. Disponível em: www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/hevellyn_menezes_albres.pdf

ANGÉLICO, F. Lei de Acesso à Informação Pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no Brasil.



Dissertação de Mestrado – FGV-EAESP, São Paulo, 2012.

ARIELY, D.; Gino, F. Dishonesty explained: What leads moral people to act immorally. In A.G. Miller (ed.), The Social Psychology of Good and Evil, 2ª ed. New York: The Guilford Press, 2016.
